



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 06/2017

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 08 de março de 2017

----- Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores, Paulo Paulino, José Pereira, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente vice-presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- O vice-presidente Paulo Paulino informou os membros presentes da não comparência do sr. presidente na reunião, dado que, o mesmo se encontra em serviço externo. -----

----- **JUSTIFICAÇÃO DA FALTA:** A Câmara considerou justificada a falta do Senhor presidente, nos termos da alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O vereador José Galrito usou da palavra para fazer o balanço da III Edição da Prova de Resistência “4 Horas TT Pereiro/Alcouthim”, que se realizou no passado dia 25 de fevereiro, nomeadamente pela forma como as Associações (Grupo Desportivo de Alcouthim

1

e Inter-Vivos) se interligaram na organização do referido evento, endereçando de seguida um agradecimento especial aos senhores Orlando Romana, Victor Vilão e Manuel Guerreiro Vicente pelo contributo prestado. Prosseguiu a sua intervenção para fazer uma menção à II Edição das Jornadas do Mundo Rural, cuja realização ocorreu em 03 e 04 de março, sendo uma organização da Câmara Municipal em parceria com a Associação Cumeadas, e nesse sentido *“deixa um agradecimento especial a todos os intervenientes, pelo empenho demonstrado”*.

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar o porquê do processo das Bolsas de Estudo, não se encontrar previsto na ordem de trabalhos da reunião, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que o mesmo ainda não se encontra concluído. -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar os presentes do *“testemunho de uma aluna, que serviu de voz aos restantes alunos”*, no ano transato, pelo facto das bolsas de estudo serem entregues demasiado tarde, e que o executivo municipal *“na altura comprometeu-se”* para que no próximo ano letivo o processo de atribuição das mesmas fosse mais célere. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que se *“recorda perfeitamente desse testemunho”*, porém, a justificação apresentada pelo Chefe de Divisão, Dr. José Pires, é que a proposta foi remetida após o encerramento da ordem de trabalhos. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar, segundo documento entregue no concerne à aquisição de bens e serviços superiores a cinco mil euros, qual o valor limite do Orçamento Participativo (OP) para os projetos apresentados e qual o valor já despendido, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido *“que de momento não consegue indicar”* os valores exatos, no entanto, poderá acrescentar que no projeto da freguesia de Vaqueiros já foram gastos aproximadamente vinte mil euros, e que no de Alcoutim, nomeadamente a execução do muro, não poderá indicar o montante correto, dado que o mesmo tem sido efetuado por Administração Direta, porém, considera que se encontra dentro do valor previsto (cem mil euros). O vereador José Pereira continuou a sua intervenção questionando quais os serviços prestados na empreitada de Alcoutim e qual o seu término, tendo o vereador José Galrito adiantado que para *“além do executado, será efetuada a remoção*

de árvores e arbustos”, e que o término da empreitada deveria ter ocorrido em dezembro transato. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º45) respeitante ao dia 07 de março, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.493.745,57. -----

----- Operações Orçamentais - € 1.181.749,46; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 304.583,96. -----

----- Foi dado igualmente conhecimento à Câmara Municipal: -----

Aquisições de Bens e Serviços superiores a € 5.000,00 entre o período de 18 de fevereiro a 03 de março de 2017; -----

Projetos, Programas de Concurso, Caderno de Encargos e Adjudicações de Empreitadas e Aquisições Bens e Serviços superiores a € 5.000,00; -----

Entregue documentação referente à empresa Fun River – Animação Turística Lda (Ajuste direto – Controlo de limites de Fornecedor; Conta Corrente da Despesa 2013/2017). -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** O sr. Vice-presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 05/2017**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2017, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **PROPOSTA N.º 46/2017 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – ESTÁGIO IEFP – ÁREA SOCIAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao

3



abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma atribuição de comparticipação financeira, no montante de 2.617,01 € (dois mil seiscientos e dezassete euros e um cêntimo), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face a despesas com estágio profissional, aprovado pelo IEF. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra para questionar o porquê do processo em causa *“só ser presente a esta reunião”*, uma vez que o mesmo se refere a uma bolsa mensal de dezembro de 2016. -----

----- O vice-presidente solicitou a colaboração da Técnica de Ação Social, Drª. Josélia Palma, tendo a mesma prestado os devidos esclarecimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio igualmente para questionar se a funcionária afeta à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim não desempenha funções na área de Ação Social, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que a mesma é licenciada em Português/Francês e que segundo informação prestada pelo Chefe de Divisão, Dr. José Pires o atraso do processo deve-se ao facto de não existir dotação, e teve que aguardar por modificação orçamental. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros usou da palavra novamente para efetuar a leitura do ofício remetido pela SCM de Alcoutim, nomeadamente *“neste sentido vimos por este meio solicitar a vossa colaboração, dentro das possibilidades existentes para que possamos continuar com o que inicialmente nos propusemos com a pessoa em causa”*, e nesse sentido questiona *“se primeiro contatam as pessoas e depois é que se pedem os subsídios, e não ao contrário”*. -----

----- O vice-presidente interveio para propor a prestação de esclarecimentos, por parte do senhor presidente, numa próxima reunião, dado que é assunto da sua competência. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 49/2017 – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – AQUISIÇÃO DE IMAGEM DA NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA:**
Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à

presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA, e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma atribuição de comparticipação financeira, no montante de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para suportar parte dos custos referentes à aquisição da imagem da Nossa Senhora da Misericórdia. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para mencionar que existe um lapso, no texto dos documentos entregues, uma vez que consta "*Nossa Senhora da Conceição, e não Nossa Senhora da Misericórdia*". Questionou de seguida o local onde irá ser colocada, tendo o vice-presidente esclarecido que a referida imagem é para colocar na Igreja da Nossa Senhora da Misericórdia.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 65/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A UNIVERSIDADE DO PORTO, PARA DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE JÚNIOR:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA, e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de colaboração com a Universidade do Porto, com uma previsão de custos de € 2.625,00 (dois mil seiscientos e vinte e cinco euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 70/2017 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE MARTIM LONGO (ADECMA) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA, e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º

5



1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 9.000,00 € (nove mil euros), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADECMAR), para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 71/2017 – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ETNOGRÁFICO DE MARTIM LONGO (ADECMAR) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA APOIO NA ORGANIZAÇÃO DO FESTIVAL DE FOLCLORE:** Foi presente uma

proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA, e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 2.000,00 € (dois mil euros), à Associação de Desenvolvimento Etnográfico de Martim Longo (ADECMAR), para apoio à organização do Festival de Folclore, integrado no Plano de Atividades. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 72/2017 – ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE FARELOS E CLARINES – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA, e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 1.000,00 € (mil euros), à Associação Amigos dos Farelos e Clarines, para apoio à execução do Plano de Atividades. -----

----- A vereadora Drª Dalila Barros interveio para mencionar que considera um valor diminuto, comparativamente a outras Associações/Clubes, e tendo em conta o Plano de Atividades apresentado, dado que “*mil euros hoje em dia não*



é ajuda nenhuma". -----

----- O vice-presidente usou da palavra para elucidar que a atribuição de subsídios às Associações/Clubes são sempre discutidos, em reunião, com os respetivos responsáveis, e neste caso particular, a Associação *"concluiu que o montante seria necessário para fazer face as suas despesas"*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para frisar que a justificação *"foi igual à do ano transato"*, e que ao *"fim de duas ou três reuniões foi retificado o apoio da referida Associação"*, tendo o vice-presidente esclarecido que poderá ocorrer uma retificação, caso exista necessidade por parte da Associação. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção relembrando os apoios facultados às Juntas de Freguesia, no ano transato, uma vez que existiam valores díspares entre Juntas de Freguesia. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para realçar novamente que considera um valor diminuto, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para frisar que *"não é o valor que está em causa"*, mas sim os valores atribuídos e distintos entre Associações/Clubes e demais entidades. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para clarificar que os apoios às Juntas de Freguesia eram atribuídos, por fórmula aritmética, em função de quilómetros lineares de estrada, população, número de localidades, tendo o vereador José Pereira questionado se a Câmara Municipal fiscaliza os acordos com essas entidades, no âmbito das limpezas, tendo em *"conta o valor exorbitante que recebem"*. O vice-presidente referiu de seguida que tem conhecimento que as limpezas são efetuadas, tendo o vereador José Pereira salientado que as limpezas são realizadas em alguns sítios, e *"não junto da sua residência, segundo testemunhas que afirmam que estão proibidas de executar essa limpeza"*. O vice- presidente deu nota que desconhece essa situação. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para mencionar que no ano transato ocorreu *"uma grande confusão"* com a deservagem na Estrada Regional 124, dado que existia a dúvida de quem era a competência, nomeadamente Câmara Municipal ou Junta de Freguesia, porém, após a sua informação, na reunião de Câmara, *"o assunto ficou resolvido dois ou três dias depois, como tal, aguarda que ocorra a mesma resolução este ano"*. O vice-presidente referiu que irá averiguar a situação. -----

7



----- O vereador José Galrito interveio para referir que após a votação dos assuntos, poderá existir “*um acerto*” com as Associações/Clubes, caso exista necessidade. -----

----- O vice-presidente usou da palavra para exemplificar os valores atribuídos ao Grupo Desportivo de Alcoutim, nos diversos eventos. Findou referindo que “ *os assuntos não estão completamente fechados, desde que se justifique, não vejo inconveniente nenhum de ocorrer uma alteração*”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 73/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:**

PROCESSO N.º 41/2017 – JOAQUIM FRANCISCO ROSA: Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, prédio rústico com artigo matricial n.º 1 e secção 059, no sítio das Serras Altas – Portela da Cruz, em nome de Joaquim Francisco Rosa e Maria Etelvina Rosa Joaquim, que se pretende em regime de duas partes nas proporções de ½ em nome de Joaquim Francisco Rosa e ½ em nome de Maria Etelvina Rosa Joaquim, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 74/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE:**

PROCESSO N.º 42/2017 – JOAQUIM FRANCISCO ROSA: Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os



efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer favorável para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, prédio rústico com artigo matricial n.º 70 e secção 030, no sítio do Barranco do Poço, em nome de Joaquim Francisco Rosa, que se pretende em regime de duas partes nas proporções de ½ em nome de Joaquim Francisco Rosa e ½ em nome de Maria Etelvina Rosa Joaquim, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 75/2017 – EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN 122.1/EM 124 – TROÇO ALCOUTIM – CORTE SERRANO – 1.ª FASE – ALCOUTIM/MARTIM LONGO – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS:**

Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda ao: Cancelamento da Garantia Bancária N00358081, no valor de 73.837,05 € (setenta e três mil oitocentos e trinta e sete euros e cinco cêntimos), emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A; -----

Cancelamento da Garantia Bancária N00365480, no valor de 64.123,74 € (sessenta e quatro mil cento e vinte e três euros e setenta e quatro cêntimos), emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A; -----

Cancelamento da Garantia Bancária N00373120, no valor de 12.342,49 € (doze mil trezentos e quarenta e dois euros e quarenta e nove cêntimos), emitida pelo Banco Espírito Santo, S.A; -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 76/2017 – APOIO FINANCEIRO A FAMILIAS – TRATAMENTO TERMAL 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara , a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, aos utentes do tratamentos termais, pelo valor dos tratamentos prescritos, até ao montantes total de 10.000,00 € (dez mil euros). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 77/2017 – ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVA AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO – ANO LETIVO 2015/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara , a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o previsto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Adenda ao Contrato Programa relativo ao financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico, respeitantes ao ano letivo de 2015/2016. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar qual a alteração prevista na Adenda, face ao que foi aprovado no ano de 2015, tendo o vice-presidente esclarecido que os valores previstos funcionam em função do número de alunos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 78/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – FISIOTERAPIA 2017:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara , a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo de colaboração, com o encargo financeiro no montante de € 20.200,00 (vinte mil e duzentos euros), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face com despesas do serviço de fisioterapia. -----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros interveio para questionar “*quem é o fisioterapeuta e o que vai fazer?*”, tendo o vice-presidente esclarecido que será a fisioterapeuta Inês Maria, e dará apoio nas várias Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do concelho. A vereadora questionou ainda se a técnica é do concelho, tendo o vice-presidente salientado que a mesma é natural de Castro Verde, “*mas no momento reside em Alcoutim*”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se as IPSS englobam as freguesias de Vaqueiros, Martim Longo e Alcoutim, e se o valor é idêntico a anos anteriores, tendo o vice-presidente solicitado a colaboração da técnica responsável. De seguida a Dr^a. Josélia Palma prestou os devidos esclarecimentos. -----

O vereador continuou a sua intervenção para sugerir/propor a retificação do teor do protocolo, dado que não constam todos os locais e/ou polos fixos, conforme referidos pela técnica. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 79/2017 – GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de

comparticipação financeira de 2.650,00 € (dois mil seiscientos e cinquenta euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para apoio à coorganização de atividades desportivas, integradas no Festival do Contrabando. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 80/2017 – FINANCIAMENTO PARA RECUPERAÇÃO DA IGREJA MATRIZ DA FREGUESIA DE GIÕES À PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO DE GIÕES:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de participação financeira de 23.000,00 € (vinte e três mil euros), à Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Giões, para assegurar o valor não participado da intervenção na igreja matriz. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 81/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE TAVIRA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira, com uma previsão de custos de 54.000,00 € (cinquenta e quatro mil euros). -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que *“não é contra a Unidade Móvel de Saúde (UMS) possuir técnicos especializados (médico, enfermeiro, socorrista), ao contrário do que se divulga para o exterior, somos a favor, dado que isso estava contemplado no nosso programa eleitoral, mas somos sim, contra a forma como o serviço é prestado, a nível de pessoal”* uma

12 

vez que para beneficiar um serviço (UMS) *“prejudicamos”* o serviço do Centro de Saúde de Alcoutim (CSA). Mencionou de seguida que considera as verbas atribuídas (54.000,00 €) suficientes para contratar, *“como vimos sugerido há bastante tempo”*, técnicos que não pertençam ao serviço nacional de saúde, por forma a que seja garantido o serviço no CSA. De seguida fez menção ao programa televisivo, onde o senhor presidente esteve presente, sobre o tema em discussão, para discordar de uma afirmação feita pelo mesmo, nomeadamente *“Esta foi a forma que arranjam para colmatar a falta de médico em Alcoutim”*, porque é da opinião que o presidente arranjou sim a forma de não existir médico da parte da tarde, no CSA. Frisou ainda que considera que o serviço nacional de saúde, *“tal como diz o presidente, não tem colmatado a falta de médicos”* e nesse sentido considera que o executivo deve pressionar a ARS e tutela, dado que *“temos os mesmos direitos que têm os outros concelhos”*, no entanto, é da opinião que não é com *“este protocolo e esta atitude”* que conseguimos colmatar essa anomalia nos serviços de saúde. Finalizou para salientar que gostava que o *“senhor presidente fosse mais sensível”*, dado que esta medida não é mais correta *“não quero ser mais esperto que os outros, mas o correto era a UMS funcionar nas pequenas povoações (montes), com um médico e com um enfermeiro, mas fosse o médico do serviço nacional obrigado a prestar as horas previstas no CSA”*.-----

----- A vereadora Dr^a. Dalila Barros usou da palavra para salientar que já abordou o assunto em várias reuniões de Câmara, e que já tinha *“estranhado”* o protocolo não fazer parte da ordem de trabalhos, tendo feito de seguida uma breve comparação entre os protocolos da ARS e Cruz Vermelha, uma vez que num consta *“que existe transferência de um médico/enfermeiro para a Unidade Móvel (UM)”* e no outro conforme consta na alínea b) da cláusula terceira *“que a Cruz Vermelha é responsável por dotar médico/enfermeiro”*, e nesse sentido questiona em *“que ponto de situação ficamos? dado que existem dois protocolos com duas entidades diferentes, e nesse sentido considera incorreto”*. Mencionou igualmente que gostaria de ter acesso à listagem das consultas de psicologia e aos relatórios trimestrais entregues pela Cruz Vermelha, conforme constam no referido protocolo. Aludiu ainda que o valor mensal de 4.500,00 € (num total de 54.000,00 €), conforme a alínea b) da

cláusula segunda tem como objetivo “dotar a unidade móvel de saúde de mobiliário e de material médico, etc” e que serve igualmente para “financiar um médico e um enfermeiro, que trabalham para o estado, através da ARS, com uma remuneração mensal de x, num total de oito horas no centro de saúde. O que podemos concluir que ele agora também recebe uma remuneração da cruz vermelha, a mais, na mesma hora de trabalho que está a receber na ARS. Recebe dois ordenados, dois valores, duas remunerações, nas mesmas horas, eu ainda não vi qual é a legalidade disto, acho que isto não é legal, por isso eu não concordo com este valor, e mais uma vez vou dizer o que o vereador José Carlos disse, se este valor é para pagar este médico e este enfermeiro, em duas horas, ou três, ou quatro, seja o que for, também este dinheiro serviria para pagar outro médico e outro enfermeiro, fora da, ou que não pertence-se a ARS, fosse um médico independente, portanto eu sou contra e vou votar contra, por estas razões”.-----

----- O vice-presidente usou da palavra para referir que os considerandos apontados pelo vereador José Pereira “já são conhecidos, dado que já os tem explanado várias vezes”, no entanto, o conhecimento que possui sobre o assunto é que quando foi solicitado parecer à ARS para podermos ter um médico/enfermeiro na UMS, a mesma impôs que essas duas horas fossem realizadas na UMS. Continuou referindo que existem pontos de vista diferentes, uma vez que considera que “ o médico contata com muitos mais utentes, andando na UM, que ficando no Centro de Saúde, todavia, se chegar alguém ao centro de saúde com um problema urgente, não temos médico no centro de saúde, mas também é verdade, que pelo facto do médico andar de monte em monte, também provavelmente evita que aconteçam outro tipo de problemas, tendo em conta o acompanhamento que faz de certos doentes e de situações que são detetadas”. Findou exemplificando os casos detetados pela médica dermatologista, e que o valor pago ao médico Dr. José Tavares “é o valor que está além das horas pagas pela ARS”, tendo o vereador José Pereira questionado “quanto ganha esse médico?”. O vice- presidente solicitou novamente a colaboração da Dr^a Josélia Palma, a qual prestou os devidos esclarecimentos. -----

----- O vereador José Pereira interveio para corroborar com o referido, nomeadamente que *“um médico andando pelos montes consiga detetar mais casos com gravidade ou não, e dá apoios aos utentes, não é isso que está em causa”*, porém, a falta desses profissionais é uma realidade, como todos temos conhecimento, e nesse sentido sugerem *“que deixem estar o médico da ARS no Centro de Saúde de Alcoutim, e contratem outro fora para a UMS, de modo a colmatar as anomalias desse serviço. Está na vossa mão”*. Criticou de seguida *“o que se passa/divulga, em algumas situações, lá para fora”*, exemplificando com o que foi afirmado recentemente, pelo presidente da Assembleia Municipal de Castro Marim, nomeadamente que *“os vereadores da oposição de Alcoutim votam contra tudo”*. Findou referindo que poderão ser apresentados vários argumentos, designadamente *“falta de médicos”*, porém, considera que o responsável, neste momento, pela situação que está a ocorrer no Centro de Saúde de Alcoutim *“é exclusivamente vossa”*, e que é da opinião que se deverá rescindir o protocolo com a ARS, dado que o mesmo nada beneficia a situação.

----- O vice-presidente interveio para frisar que o executivo permanente tem envidado esforços, no sentido de colmatar as anomalias no serviço, no entanto, tem-se deparado *“com a falta de disponibilidade desses profissionais no sentido de virem para o interior”*, -----

----- A técnica de Ação Social prestou novamente esclarecimentos adicionais. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que não está em causa o serviço prestado pela Cruz Vermelha, porque na *“minha opinião é bem-vindo”*, como são os restantes (bombeiros, empresas privadas de saúde, etc.), *“o que não concordamos é com a política seguida em termos da contratação desse pessoal (médico e enfermeiro) para a UMS, porque os senhores não querem ver, porque estão comprometidos, agora o que está em causa é isso, e arranje-me um argumento para termos mais médicos em Alcoutim, nós andamos a dizer que temos falta de médicos, mas diga-me lá o que é que a gente faz sem ser isto que a gente acabou de dizer, para ter cá médicos”*, -----

----- O vice-presidente interveio para referir *“o que não faltam são reuniões e contatos telefónicos”* com as várias entidades (ARS, membros do

1
Governo), no sentido de *“tentar melhorar”* a situação da saúde em Alcoutim. -

----- O vereador José Pereira interveio para dar nota que *“já não acredita em reuniões com A, B ou C”*, dado que o executivo permanente *“já está aqui há três anos, debatem esses assuntos com zero produtividade”*, portanto, considera que *“está na altura de a Câmara Municipal jogar mão ao processo, para resolver a situação”*. Finalizou referindo que as várias tutelas, *“muitas vezes não estão sensíveis”* aos problemas da localidade x ou y, olhando apenas aos números apresentados. Relembrou de seguida a situação ocorrida com o Agrupamento de Escolas, no ano de 2013. -----

----- O vice-presidente interveio novamente para corroborar *“que cada vez somos mais mobilizados pelos números”*, todavia, *“pode ter a certeza”* que as diligências tomadas pelo executivo tem sido bastantes, no sentido de sensibilizar os responsáveis das tutelas e se não fosse *“essas diligências, esses esforços, se calhar ainda não tínhamos médica em Alcoutim”*. Findou referindo que não se encontra satisfeito/agradado com a resolução do problema, dado que *“precisamos muito mais”*. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com o voto de qualidade do vice- presidente e 2 (dois) votos contra dos srs. vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara ordinária de 08 de março de 2017, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -

----- O vereador José Pereira interveio para propor o envio da Ata, após a sua aprovação, para conhecimento da Assembleia Municipal de Castro Marim. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor vice-presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e dezoito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que


16

está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O vice-presidente



O Secretário



